

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NO CENÁRIO DA PANDEMIA: ESTUDO DE CASO

DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN PARA EL APRENDIZAJE DE LOS NIÑOS EN EL ESCENARIO DE PANDEMIA: ESTUDIO DE CASO

CHALLENGES OF EDUCATION FOR CHILDREN'S LEARNING IN THE PANDEMIC SCENARIO: CASE STUDY



Mário Henrique DOLCI¹
e-mail: mario.dolci@unesp.br



Rosangela Sanches da Silveira GILENO²
e-mail: rosangela.gileno@unesp.br



Marcia Cristina ARGENTI³
e-mail: marcia.argenti@unesp.br

Como referenciar este artigo:

DOLCI, M.H.; GILENO, R. S. da S.; ARGENTI, M. C. Desafios da educação infantil para a aprendizagem das crianças no cenário da pandemia: estudo de caso. **Temas em Educ. e Saúde**, Araraquara, v. 20, n. 00, e024005, 2024. e-ISSN: 2526-3471. DOI: <https://doi.org/10.26673/tes.v20i00.19696>



| **Submetido em:** 06/05/2024
| **Revisões requeridas em:** 11/06/2024
| **Aprovado em:** 25/07/2024
| **Publicado em:** 24/09/2024



ARTIGO SUBMETIDO AO SISTEMA DE SIMILARIDADE

Editoras: Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti
Profa. Dra. Rosangela Sanches da Silveira Gileno
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar.

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Docente do Departamento de Psicologia da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar e Educação Sexual.

RESUMO: No cenário da pandemia, a estampa da desigualdade social refletida no acesso aos recursos tecnológicos pelas diferentes camadas sociais mostrou-se um desafio para a garantia de direitos aos alunos da pré-escola. O artigo tem por objetivo refletir acerca dos impactos da pandemia no processo educativo. A metodologia da pesquisa envolveu um estudo de caso em duas turmas da faixa etária de cinco anos de uma Instituição Municipal de Educação Infantil de uma cidade de médio porte no interior do Estado de São Paulo no ano de 2021. Os procedimentos metodológicos envolveram a análise dos registros escolares das atividades em tempos pandêmicos daquelas turmas e os relatos dos docentes das duas turmas daquela etapa. Os resultados apontam os obstáculos enfrentados e o prejuízo na aprendizagem das crianças em virtude do afastamento do espaço escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Aprendizagem das crianças. Garantia de Direitos. Impactos da pandemia.

RESUMEN: *En el escenario de pandemia, el sello de desigualdad social reflejado en el acceso a recursos tecnológicos por parte de diferentes estratos sociales resultó ser un desafío para garantizar los derechos de los estudiantes de preescolar. El artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los impactos de la pandemia en el proceso educativo. La metodología de la investigación implicó un estudio de caso en dos clases de cinco años de una Institución Municipal de Educación Infantil de una ciudad de tamaño mediano del interior del Estado de São Paulo en el año 2021. Los procedimientos metodológicos involucraron el análisis de la situación escolar, registros de actividades en tiempos de pandemia de dichas clases e informes de los docentes de las dos clases en esa etapa. Los resultados señalan los obstáculos enfrentados y el daño al aprendizaje de los niños por estar fuera de la escuela.*

PALABRAS CLAVE: *Educación Infantil. El aprendizaje de los niños. Garantía de Derechos. Impactos de la pandemia.*

ABSTRACT: *In the context of the pandemic, the social inequality reflected in access to technological resources by different social classes has proven to be a challenge for guaranteeing rights to preschool students. The article aims to reflect on the impacts of the pandemic on the educational process. The research methodology involved a case study in two five-year-old classes at a Municipal Early Childhood Education Institution in a medium-sized city in the interior of the State of São Paulo in the year 2021. The methodological procedures involved the analysis of school records of activities during the pandemic times of those classes and reports from teachers of the two classes at that stage. The results point to the obstacles faced and the harm to children's learning due to being away from the school space.*

KEYWORDS: *Early Childhood Education. Children's learning. Guarantee of rights. Impacts of the pandemic.*

Introdução

Para além de conceber a escola como um espaço de transmissão de conhecimentos sistematizados historicamente, faz-se necessário compreendê-la como um lugar cujos sujeitos possuem peculiaridades e trazem consigo um histórico social e cultural distinto. Nas tramas do convívio escolar, as relações, muitas vezes, são permeadas por uma relação de partilha e de empatia. Colocar-se no lugar do outro, compreendendo as suas necessidades, é um exercício que se desenvolve no dia a dia do âmbito escolar. Toda a riqueza que a convivência humana é capaz de produzir dentro da unidade educativa foi interrompida em março de 2020. Com o advento da pandemia do Coronavírus, as portas da escola se fecharam e a interação social da comunidade escolar foi interrompida. Salas de aula vazias, refeitório sem movimentação, área externa desocupada. A escola ficou silenciada. Os alunos, em casa, já não compartilhavam os saberes com os seus pares.

Nesse contexto atípico, o desafio da escola para a garantia de direitos ao público-alvo da primeira etapa da Educação Básica foi latente. Considerando que toda criança tem direito a aprender, sem quaisquer distinções, foi preocupante, sobretudo, a situação escolar dos alunos cuja vulnerabilidade social era maior. Em um contexto pandêmico, o direito à aprendizagem de crianças pertencentes a camadas sociais mais baixas ficou prejudicado em virtude da falta de acessos aos recursos tecnológicos. Sobre o direito de aprender, a Constituição Federal (1988) concebe a educação como parte integrante do pleno desenvolvimento da pessoa:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p. 118).

A escola na pandemia, enquanto espaço promotor de aprendizagens, foi desafiada a se reinventar de modo que garantisse o direito de acesso ao conhecimento curricular para o estudante, sobretudo o direito à vaga integral para os filhos de mães trabalhadoras. Sobre a questão do atendimento integral, para além do acesso ao currículo formal, a escola também oferece à criança a oportunidade de vivenciar a parte diversificada curricular por meio de atividades recreativas que têm como norte as interações e as brincadeiras. Com relação ao atendimento integral das creches, as autoras Serrão e Oliveira (2021) declaram:

Num país sem tradição de escola em período integral e considerando-se a trajetória da creche como espaço de substituição da família (Haddad, 2002), a oferta de EI em período integral não tem sido considerada como uma ação necessária e legítima nas atuais políticas públicas de educação, haja vista que

a quase totalidade do atendimento a crianças de 4 e 5 anos é ofertada em período parcial, e cresce a oferta de creche nessa modalidade. Em muitos municípios, o atendimento em período integral só é conferido mediante judicialização, determinando a matrícula de bebês ou crianças em dois turnos, matutino e vespertino, o que se configura numa medida improvisada e não numa proposta de educação em período integral (Serrão; Oliveira, 2021, p.167).

Além da forma como a matrícula é operada, parcial ou integral, para a criança, é importante também considerar a escola como um lugar muito peculiar do ponto de vista estrutural. Uma escola do campo é diferente de uma unidade de ensino urbana. Uma escola situada em um bairro nobre ou central da cidade é distinta de outra que se localiza na periferia. Essas disparidades, decerto, impactam o processo educacional, já que implicam recursos didáticos, pedagógicos e tecnológicos diversificados.

As realidades díspares colocaram em evidência o abismo educacional ocasionado pela pandemia. A desigualdade social, que sempre foi uma problemática crônica na história da educação brasileira, mostrou-se ainda mais intensificada quando as crianças mais pobres tiveram o impedimento de frequentar a escola em tempos de pandemia:

Outro destaque nas lentes de aumento da pandemia foi a desigualdade social, revelada através da negação à afirmação ingênua de que a pandemia colocou todos num mesmo barco. A tempestade pode ser a mesma, mas temos alguns seguros e luxuosos transatlânticos navegando ao lado de pequenos barcos sem motor, furados e sem remos. A ampliação dessa enorme ferida social evidencia o desemprego estrutural tecnológico e a escandalosa realidade em que a escola não consegue formar para o trabalho digno, que é aquele que não pode ser substituído por máquinas e nem por sistemas (Furtado, 2021, p. 86).

Essa situação só fez recrudescer a evasão escolar e o fracasso nos estudos, contrariando o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) sobre os direitos fundamentais:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990, p. 1).

Nessa perspectiva, percebeu-se, durante a pandemia, o impacto que a discrepância social causou para o desenvolvimento das oportunidades educacionais das crianças, considerando as diferenças de pertencimento às camadas sociais. Longe do espaço escolar, os alunos, cujos pais conseguiram proporcionar aparatos tecnológicos suficientes para viabilizar

o processo de ensino a distância, mantiveram a aprendizagem de forma mais eficiente. Em contrapartida, as crianças advindas de classes sociais vulneráveis amargaram a desvantagem ao acesso ao conhecimento sistematizado em razão da impossibilidade de acessar a tecnologia.

Diante desse cenário, a escola de Educação Infantil foi desafiada a garantir direitos iminentes à criança: direito de aprender e desenvolver seus aspectos físico, social, cognitivo, emocional e moral.

Nesse contexto o objetivo deste artigo é apresentar algumas reflexões acerca dos impactos da pandemia no processo educativo. A metodologia da pesquisa envolveu um estudo de caso e documental. Os procedimentos metodológicos envolveram os registros escolares das atividades desenvolvidas em tempos pandêmicos e o relato dos docentes envolvidos com essas atividades. Para compreender como se deu a aprendizagem para as crianças no contexto de pandemia e os desafios da escola para garantir direitos intrínsecos ao aprendiz, foram analisadas atividades formativas, que se deram ao longo do ano de 2021, em duas turmas de alunos de cinco anos de uma Instituição Municipal de Educação Infantil.

O estudo de caso teve como recorte o acompanhamento das práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras numa perspectiva formativa. Acompanhar o trabalho das docentes, considerando o modo como as atividades foram desenvolvidas e como o contexto pandêmico modificou a trama do ensino e da aprendizagem são campos de investigação desse estudo.

A respeito da temática dessa pesquisa, é relevante pontuar que os desdobramentos acerca dos impactos pandêmicos ainda serão objeto de estudo e de pesquisa a longo prazo tanto nos aspectos educacionais quanto sociais. Esse período histórico traz importantes reflexões sobre os modos em que o processo de ensino e aprendizagem foi conduzido para garantir o direito à educação a todos os estudantes. Como suporte teórico, alguns estudos foram escolhidos para fundamentar nossas análises e reflexões, dentre eles destacamos os textos de Araújo e Argenti Perez (2021a, 2021b, 2022) Argenti Perez e Araújo (2022), Araújo (2023), Chicarelli e Argenti Perez (2021, 2022) e Chicarelli (2023).

O desafio da escola para garantir o direito à aprendizagem

No ano de 2020 até o 1º semestre de 2021, durante a pandemia da COVID-19, as atividades na instituição de educação infantil pesquisada foram adaptadas para atender às restrições de distanciamento social e garantir a segurança das crianças, professores e funcionários. A partir de um levantamento nas comunicações no grupo de WhatsApp, constatamos que o ano escolar envolveu as seguintes práticas pedagógicas:

- o envio pelos professores de materiais educativos e atividades no aplicativo para as famílias;
- preparação e distribuição de kits de atividades educativas, contendo materiais impressos, livros, jogos e materiais de arte para que as crianças pudessem continuar aprendendo em casa;
- gravação de pequenos vídeos, permitindo que os alunos assistissem no seu próprio ritmo e horário, conforme a disponibilidade das famílias;
- envio de propostas de atividades lúdicas e recreativas, mesmo a distância, para manter o aspecto divertido e motivador da aprendizagem na educação infantil;
- intensificação da comunicação entre professores e pais para fornecer suporte adicional, esclarecer dúvidas e garantir a continuidade do desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças;
- envolvimento da família nas atividades educativas, incentivando a participação dos pais no processo de aprendizagem dos alunos em casa;
- indicação de aplicativos educativos interativos e jogos online que são adequados para a faixa etária da educação infantil;
- incentivo, quando possível e seguro, para a realização de atividades ao ar livre, respeitando as diretrizes de distanciamento social, a fim de promover o movimento e a interação social entre as crianças;
- apresentação da adaptação do projeto pedagógico para atender às necessidades específicas dos alunos durante a pandemia, levando em consideração a mudança no ambiente educacional;
- mensagem com ênfase no cuidado com o bem-estar emocional das crianças, com atividades que estimulassem a expressão de sentimentos e promovessem o apoio emocional.

Percebemos o quanto o espaço escolar deu lugar para a casa dos alunos ser o local de estudo e de desenvolvimento dos conteúdos de ensino. A família exerceu papel preponderante nesse novo formato de estudo, pois os responsáveis auxiliavam as crianças nas atividades de aprendizagem de modo que o conhecimento se constituísse em um processo de construção permanente.

O retorno presencial na instituição de Educação Infantil no ano de 2021 envolveu uma cuidadosa avaliação das condições locais de saúde, considerando as taxas de infecção, disponibilidade de vacinas, orientações de autoridades de saúde e capacidade das escolas de implementar medidas de segurança. No contexto da pesquisa, medidas de segurança incluíram protocolos de distanciamento social, uso de máscaras, medidas de higiene reforçadas, melhorias na ventilação das salas de aula e a possibilidade de realização de atividades ao ar livre. Além disso, a comunicação transparente com pais, alunos e professores foi crucial para garantir a compreensão e a adesão ao retorno às atividades escolares.

Os anos atípicos de 2020 e 2021 impulsionaram discussões acerca da importância de conceber a criança como sujeito de direitos e com capacidade de apreender o que acontece em seu entorno, construindo os saberes de acordo com as interações que desenvolve com as pessoas e de acordo com a faixa etária que possui.

Partimos do pressuposto de que o ser humano é um sujeito em constante transformação e com capacidade de aprender continuamente, tem-se a aprendizagem como um processo que se dá nas tentativas de apreender o objeto de estudo.

É importante salientar que o ato de aprender ocorre na construção e na reconstrução de uma proposta avaliativa, inclusive nas atividades que se propõem a desenvolver o aspecto social. As professoras exploravam a imaginação das crianças de modo que os alunos pudessem criar contextos imaginários e vivenciar o encantamento do “faz de conta”. Essa característica é delineada como parte integrante da brincadeira:

Brincar de forma livre e prazerosa permite que a criança seja conduzida a uma esfera imaginária, um mundo de faz de conta consciente, porém capaz de reproduzir as relações que observa em seu cotidiano, vivenciando simbolicamente diferentes papéis, exercitando sua capacidade de generalizar e abstrair (Mello; Valle, 2005, p. 45).

A intencionalidade docente desempenhou um papel essencial no retorno ao ensino presencial na educação infantil pós-pandemia, assegurando que o processo educacional fosse adaptado às necessidades específicas das crianças e promovendo um ambiente de aprendizado mais saudável e eficaz.

Uma atividade lúdica promovida por uma das professoras consistiu em solicitar aos alunos que utilizassem um objeto escolar como se fosse outro item, criando um sistema de representação através da brincadeira de "faz de conta". Dessa forma, as crianças puderam desenvolver sua capacidade criativa, utilizando a imaginação.

Durante a brincadeira, um aluno pediu o apagador à professora para transformá-lo em um carrinho de corrida. A professora concordou em emprestar o objeto, mas fez um acordo com o aluno: ele deveria agir como um motorista responsável, evitando bater o apagador na parede para não "quebrar" o carrinho. O aluno, entusiasmado, circulava pela sala empurrando o apagador, como se estivesse dirigindo um potente veículo de Fórmula 1.

No campo simbólico, o tanque de areia da Instituição de Educação Infantil tornou-se um palco de apresentações. Nesse espaço, os alunos brincavam de teatro. A professora os orientava para terem cuidado quanto ao uso da areia. Não era para jogá-la no rosto do amigo e nem colocá-la na boca. Os alunos teatralizavam vários contextos. Brincavam de ser super-heróis com poderes mágicos. Faziam teatro como se fossem artistas de circo. Uns eram palhaços, outros dançarinos, outros mágicos. Era um momento ímpar para oportunizar o jogo simbólico. Nesse "mundo da imaginação", as crianças poderiam experimentar situações lúdicas e criar uma realidade paralela, fruto da imaginação, para brincar e representar lugares e personagens imagéticos.

Nos momentos das interações e brincadeira, havia dificuldade nas crianças em aceitar o ponto de vista do outro. Quando um aluno dizia que ia ser o rei do castelo, o outro respondia que não. Dizia que ele era a majestade e ponto final. As trocas de papéis eram resistentes pelas crianças. Geralmente queriam atuar naqueles personagens mais centrais e com mais participação nas cenas desse mundo do "faz de conta".

Quando acontecia muita resistência dos alunos para trabalhar a troca de papéis nas brincadeiras teatrais, as professoras intervinham de modo dialógico e reflexivo. Chamavam as crianças para conversar e explicavam que todos tinham direitos iguais. Era importante cada um viver personagens diferentes para todos terem a chance de apresentar o seu talento. As crianças ficavam pensativas e faziam a troca. Algumas vezes contrariadas. No contexto da aprendizagem, o animismo comumente acontecia quando a professora propunha um desenho. As crianças se arriscavam em desenhar um sol e colocavam olhos e boca nele. Humanizavam o astro como se fosse um ser com capacidade de interação. Vygotsky (1998, p. 137) afirma: "A essência do brinquedo é a criação de uma nova relação entre o campo do significado e o campo da percepção visual, ou seja, entre situações no pensamento e situações reais".

Nas interações e brincadeiras, percebe-se o animismo quando a criança atribui sentimentos aos brinquedos. Na interação com as bonecas, acontece o diálogo e a criação de laços familiares. O boneco é, geralmente, o filho da criança. Às vezes é o irmão ou o pai. A criança penteia o cabelo e cuida do boneco como se fosse um ser humano. Conversa com o brinquedo e interage com ele. Ocorre a humanização do inanimado.

As professoras valorizavam as experiências que as crianças desenvolveram com os pares e com os brinquedos. O processo de aprendizagem se valia dessas trocas, reais ou imaginárias, no universo de entendimento dos alunos para potencializar a criatividade, a imaginação e a ludicidade. As educadoras sempre foram muito cuidadosas com a elaboração das atividades e com a evolução da aprendizagem das crianças. Colocavam-se abertas ao diálogo e ao novo. Buscando compreender o tempo de cada criança, respeitando as especificidades e as características de cada aluno.

A análise dos dados permitiu afirmarmos que a pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo no desenvolvimento e aprendizagem das crianças pequenas. O fechamento de instituições de ensino presencial limitou as interações sociais e as oportunidades de aprendizado estruturado para muitos alunos. O distanciamento social resultou em isolamento para crianças pequenas, limitando suas interações com os pares e com os adultos, afetando negativamente o desenvolvimento social e emocional. É preciso considerar que nem todas as famílias tiveram acesso a dispositivos eletrônicos e à internet de alta velocidade, o que pôde limitar o acesso a recursos educacionais on-line. Além das adaptações da escola em tempos pandêmicos, é importante compreender que a pandemia trouxe desafios econômicos, de saúde e emocionais para muitas famílias. O estresse familiar impactou negativamente o ambiente em casa, afetando o bem-estar e a estabilidade emocional das crianças. Considerando que elas aprendem por meio de experiências e exploração ativa, percebeu-se que a limitação das oportunidades para atividades práticas e experiências sensoriais pôde afetar negativamente o desenvolvimento cognitivo.

Ressignificando a aprendizagem em um contexto de ensino atípico

O retorno ao ensino presencial na Educação Infantil após a pandemia apresentou diversos desafios no contexto investigado. Torna-se relevante considerar que as crianças dessa faixa etária necessitam de um ambiente seguro, acolhedor e estimulante para seu desenvolvimento integral. Elas poderiam ter experimentado situações traumáticas durante a

pandemia, como perda de entes queridos, isolamento social e mudanças na rotina. O retorno à escola demandou sensibilidade por parte dos educadores para lidar com as emoções dos alunos e ajudá-los a se readaptarem.

Algumas crianças sentiram medo de contrair a doença ao retornar à escola. Os educadores precisavam estar preparados para lidar com a ansiedade delas e criar um ambiente que transmitisse segurança, o que foi um desafio constante. Além disso, foi preciso garantir que as instalações estivessem sempre limpas e que os protocolos de saúde fossem seguidos.

Os educadores foram desafiados a lidar com as demandas específicas desse retorno, incluindo as questões emocionais das crianças, a implementação de protocolos de segurança e a adaptação do currículo para as novas circunstâncias. Os educadores precisaram identificar lacunas de aprendizagem e implementar estratégias para ajudá-las a se recuperarem, sem pressioná-las excessivamente.

Na pesquisa realizada, observamos que as propostas valorizavam o processo de desenvolvimento dos alunos e possuíam intencionalidade pedagógica. A professora da turma A sempre dizia que as crianças permaneceram muito tempo em casa fazendo o estudo remoto e ficaram mais sensíveis ao convívio social. Com o retorno presencial à instituição de Educação Infantil, elas se fortaleceram nas interações e desenvolveram o coleguismo e o senso de partilha. Aprenderam a dividir as coisas e a respeitar o espaço do outro.

A docente da turma C dizia que os alunos não tinham como ficar protegidos dentro da escola. O vírus estava matando muito. Sem vacina, não havia outra coisa a ser feita a não ser o ensino remoto. Apesar da aprendizagem não ter o mesmo rendimento que o ensino presencial, a docente dizia que outros valores foram fortalecidos, como o convívio familiar, o estreitamento dos pais na vida escolar dos filhos, a importância de se valorizar a escola e os seus profissionais. Foram ensinamentos que serviram como aprendizado e como superação.

Em suma, as professoras compreenderam que o contexto pandêmico afetou a vida social e emocional de todos, inclusive das crianças. Por isso, o cotidiano escolar precisava ser trabalhado com afetividade, sempre respeitando o meio em que a criança estava inserida.

A criança é influenciada pelo meio em que está imersa. No retorno presencial à escola, dentro de um cenário mais auspicioso em virtude da vacinação, fez-se necessário proporcionar um meio social permeado de afeto e de segurança para os alunos. Dessa forma, a criança se sentiu mais segura, fortalecida em seus aspectos social e afetivo. Elas, na grande maioria, eram pertencentes às classes sociais vulneráveis. É importante considerar a realidade social do alunado para compreender como o processo de aprendizagem repercute nas crianças.

Alunos, cuja vulnerabilidade social é maior, necessitam de um olhar diferenciado quando se pensa nas práticas pedagógicas a serem desenvolvidas no processo de aprendizagem:

Vivemos em uma cultura que desvaloriza as emoções em função de uma supervalorização da razão, num desejo de dizer que nós, os humanos, nos distinguimos dos outros animais por sermos seres racionais. Mas acontece que somos mamíferos e, como tais, somos animais que vivem na emoção. As emoções não são algo que obscurece o entendimento, não são restrições da razão: as emoções são dinâmicas corporais que especificam os domínios de ação em que nos movemos. Uma mudança emocional implica uma mudança de domínio de ação (Maturana, 2002, p. 56).

As emoções estão interligadas ao processo de aprendizagem. Pensando na fragilidade da criança, faz-se necessário fortalecer o seu aspecto emocional de modo que se sinta encorajada para enfrentar os desafios e as aprendizagens que lhe são propostas.

As professoras das turmas deste estudo eram sensíveis ao contexto de vida dos alunos. Nunca os avaliavam por um momento isolado. Pelo contrário, buscavam entender como era a família dos estudantes. Em quais condições moravam e com quem conviviam em casa. Em suma, olhavam com carinho para as emoções das crianças. Essas considerações ajudavam as docentes no manejo com as avaliações que valorizavam o processo e as construções feitas pelos alunos durante o curso de aprendizagem.

O estudo de caso desenvolvido nesse artigo buscou retratar diferentes pontos de vista na situação de aprendizagem, considerando o desafio da escola para a garantia de direitos das crianças. Olhando para as avaliações executadas pelos alunos, percebeu-se o quanto foi necessária a presença da família para que se obtivesse uma qualidade de ensino maior. O ano de 2021 continuou sendo um ano atípico. Foi mantido o distanciamento social dentro da escola no segundo semestre. Foi difícil conter a euforia das crianças. A professora da turma A relatava que quando não dava tempo de terminar alguma prática pedagógica, conversava com a família no fim da aula e pedia para ajudar a criança a desenvolver a atividade. Havia bastante adesão. Foi um momento em que muitos pais estavam em casa trabalhando com jornada reduzida, em home-office, ou estavam desempregados.

No entanto, também houve reclamação de muitas famílias quando se tratava da execução das tarefas. A mesma professora relatava que tinha família que alegava não ter muito tempo para ficar com os filhos fazendo a tarefa. Geralmente eram mães solo. Faziam faxina todo dia. Trabalhavam bastante e faltava tempo e disposição para ficar com a criança no dia a dia. Ajudavam dentro das possibilidades que tinham. Entretanto, não dispunham de muitos momentos para estudarem com os filhos.

Apesar desses casos mais isolados, a adesão às atividades, tanto remotas como presenciais, foi significativa. As professoras diziam que alguns pais relatavam que a qualidade do ensino no contexto da pandemia foi afetada. Diziam que a criança fora da escola foi um erro. No entanto, sem a existência da vacina não era viável a frequência presencial no espaço escolar.

Considerações finais

A pesquisa desenvolvida foi importante para refletir sobre a perspectiva da aprendizagem em um contexto pandêmico e pós-pandêmico. Embora ainda haja uma escassez de estudos empíricos sobre os impactos da pandemia no processo de aprendizagem, em virtude do ineditismo do vírus e da repercussão dele em âmbito mundial, faz-se necessário ampliar a investigação para compreender as mazelas sociais e educacionais desse período no espaço educacional. Pesquisas voltadas a essa temática são fulcrais para redirecionar as práticas pedagógicas com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

As práticas pedagógicas estando a serviço de uma aprendizagem significativa colocam a criança como centro do planejamento. A respeito disso, é válido o exercício de analisar a prática educativa para que o docente sempre reveja o fazer didático e redimensione a ação do processo de ensino para que o conteúdo curricular ganhe sentido aos olhos do aluno.

A escola, como promotora da garantia de direitos, teve que ser repensada. Nessa perspectiva, faz-se necessário entender a avaliação como parte do processo e nunca como um fim em si mesma. Redirecionar o caminho da aprendizagem torna-se relevante para o professor que concebe a aprendizagem como um mecanismo de crescimento do saber. Por isso que o investimento na formação pedagógica e continuada da carreira docente torna-se uma necessidade primordial dos órgãos públicos.

O estudo desenvolvido na escola observada de Educação Infantil mostrou que ela preserva o modelo formativo de práticas pedagógicas de uma forma bem acentuada, sobretudo na pandemia, quando o acompanhamento da aprendizagem das crianças foi mediado por recursos tecnológicos que traçaram o progresso do aluno na apropriação dos conhecimentos.

Desse modo, portanto, o espaço escolar pôde assumir o compromisso contínuo em oferecer uma educação integral aos alunos, garantindo-lhes o direito inalienável à aprendizagem e preparando-os para o exercício da cidadania e para o pleno desenvolvimento em seus aspectos físico, mental, social, sempre em condições de liberdade e de dignidade.

As considerações finais confirmam a concepção de criança e de aprendizagem como um estudo vasto e passível de permanente reflexão. Promover práticas pedagógicas significativas e redimensioná-las em nome da qualidade do ensino faz parte da atividade intrínseca do educador e da incumbência da escola que preza pelos direitos de aprendizagem dos alunos da primeira etapa da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. de S.; ARGENTI PEREZ, M. C. Pré-escola: reflexões sobre sua atual função sob o olhar de educadores. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1-4, 2021a.
- ARAÚJO, C. S.; ARGENTI PEREZ, M. C. Educação Infantil: Histórico e percepções de educadoras sobre a função da instituição. **Revista Inter-ação (UFG. ONLINE)**, [S. l.], v. 46, p. 1593-1604, 2021b.
- ARAÚJO, C. S.; ARGENTI PEREZ, M. C. Relação escola-família: mudanças ocorridas frente ao contexto contemporâneo. In: MUZZETTI, L. R. *et al.* (org.). **PET Pedagogia**. 1. ed. Bauru, SP: Editora Ibero-Americana de Educação, 2022. v. 6, p. 25-35.
- ARAÚJO, C. S. **Relação escola-família: os desafios contemporâneos nos anos iniciais do Ensino Fundamental em tempos de pandemia (COVID-19)**. 2023. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2023.
- ARGENTI PEREZ, M. C.; ARAÚJO, C. S. Relação Escola-Família na percepção de educadores formadores e coordenadores pedagógicos da Educação Infantil de uma rede municipal de ensino. **Revista Educação em debate**, [S. l.], v. 43, p. 164-179, 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio. 2023.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 14 maio. 2023.
- CHICARELLI, E. C.; ARGENTI PEREZ, M. C. A Infância da Educação Infantil ao Ensino Fundamental: um entrelaçamento entre a sua historicidade, representatividade e invisibilidade. In: MUZZETTI, L. C.; MENDES, J. M. G. (org.). **Pesquisa & Educação Pet Pedagogia**. 1. ed. Araraquara, SP: UNESP, 2021. v. 5, p. 54-68.
- CHICARELLI, E. C. e ARGENTI, M. C. A perceptibilidade da infância e da educação infantil: À docência e a criança na última etapa. In: MUZZETTI, L. R. *et al.* (org.). **PET Pedagogia**. 1. ed. Bauru, SP: Editora Ibero-Americana de Educação, 2022. v. 6, p. 63-73.

CHICARELLI, E. C. **A Infância e o lúdico nos anos iniciais do ensino fundamental em tempos de pandemia (Covid-19): concepções e percepções de professores, familiares e crianças.** 2023. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2023.

FURTADO, J. Aprendizagens de uma escola em tempos de pandemia. *In: CHARLOT et al. (org.). Por uma educação democrática e humanizadora* [registro eletrônico]. São Paulo: UniProsa, 2021. Disponível em: <https://movinovacaonaeducacao.org.br/wp-content/uploads/2021/09/por-uma-educacao-democratica-e-humanizadora.pdf>. Acesso em: 09 set. 2023.

MATURANA, H. **Emoção e Linguagem na Educação e na Política.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MELLO, L.; VALLE, E. O brinquedo e o brincar no desenvolvimento infantil. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 40, p. 43-48, jan./mar. 2005.

SERRÃO, C. R. B.; OLIVEIRA, R. C. D. As vozes que ecoam na pandemia: a escuta como desafio para garantia dos direitos de bebês e crianças pequenas. *In: GOBBI, M. A.; PITO, J. D. (org.). Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do podcast ao livro.* São Paulo: FEUSP, 2021. p. 464. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11S373k3bNtiFw8Fq5DxbYHNHaD1gjlDH/view?usp=sharing>. Acesso em: 09 set. 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

